

O paradoxo brasileiro

Um dos ingredientes da produtividade que o Brasil terá de priorizar para garantir um crescimento sólido e uma oferta qualificada de emprego é a adoção tecnológica, que hoje caminha a passos lentos. O sinal dessa tendência é dado por levantamentos como a Pintec, pesquisa de inovação desenvolvida pelo IBGE. Em sua última edição, que cobre até 2011, o estudo aponta que os gastos em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil ficaram praticamente estacionados desde 2005, representando 0,59% do PIB em 2011. Como base de comparação, nos Estados Unidos esse percentual foi de 1,83% no mesmo ano.

Responsável por mais de 70% dos investimentos empresariais em P&D, o setor industrial concentra o foco das políticas públicas de incentivo à inovação do país. Paulo Mol, diretor de Inovação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), avalia que o desenvolvimento de programas tem se aprimorado. “Basta ver o sucesso de iniciativas como o Inova Empresa – programa oficializado em 2013 com recursos de R\$ 32,9 bilhões para apoio a empresas com projetos de inovação –, e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) – braço de subvenção do setor públi-

co para o financiamento tripartite (empresa, setor público e institutos de pesquisa) para investimentos privados em P&D –, que tem possibilitado a execução de projetos mais complexos”, afirma.

Os especialistas destacam, entretanto, que o apoio do setor público ainda padece de um defeito: seu caráter pró-cíclico. “Hoje, temos um modelo de incentivos que é oferecido às empresas quando a economia vai bem, que é o momento em que os privados já estariam dispostos a investir”, afirma Mol. “Um dos problemas hoje é que a crise fiscal brasileira está empurrando os cortes orçamentários para o lado da subvenção, o que é preocupante, pois é essa a base para projetos de maior complexidade e prazos mais longos”, afirma.

Outro exemplo dessa tendência, para Mol, é o da Lei do Bem, de 2004, que permite o abatimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das despesas feitas em inovação no ano corrente. Isso implica que, em períodos em que a empresa não registra lucro, ela não tem como ser beneficiada pela lei. “O que pedimos é que se criasse uma espécie de crédito para que as despesas feitas para inovação pudessem ser recuperadas num período de dois, três, quatro anos”, defende Mol, o que

permitiria às empresas manterem seu investimento independentemente da conjuntura econômica. Carlos Arruda, gerente do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC), acrescenta que esse modelo tampouco traz um efeito significativo para a P&D das multinacionais no país. “No caso de grandes companhias, esse benefício vai para o orçamento geral da empresa e não para a área que investiu. Assim, a cada ano, essa área de novos produtos, ou laboratório de P&D, tem que lutar da mesma forma que lutou no ano anterior em busca de apoio”, conta.

Sem incentivo

Maurício Canêdo Pinheiro, pesquisador da Economia Aplicada da FGV/IBRE, avalia que um dos principais problemas que inibem uma maior adoção tecnológica está fora da caixa das políticas do setor. Ele se concentra na redução do excesso de proteção do mercado interno, que reduziria o apetite por inovação da maioria dos empresários. “Com baixa abertura econômica e mercado garantido, não há incentivo para o investimento em tecnologia, tampouco para o risco em inovação”, diz. “A escolha do arranjo produtivo de cada empresa se dá com o propósito específico de gerar margem. Nenhuma multinacional que detenha uma produção altamente robotizada transferirá sua melhor tecnologia para outro país se isso não for fundamental para conquistar seu mercado alvo e obter o lucro esperado”, afirma. Outro indicador dessa falta de estímulo é o baixo nível de importação de insumos de produção. A diversificação da oferta

desses produtos, considerados fatores complementares ao trabalho na busca por ganhos de produtividade, seria um sinal positivo da busca por competitividade. “Em 2011, entretanto, apenas 13,5% do consumo intermediário da indústria de transformação brasileira era proveniente de outros países, enquanto nos Estados Unidos e no México esse percentual superou os 20% e os 30%, respectivamente”, diz.

Para Carlos Arruda, gerente do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC), a defasagem tecnológica resultante dessa cultura faz com que inovação e produtividade, muitas vezes, se transformem em conceitos contraditórios no Brasil. “Como somos dominados por uma visão de curto prazo, e não de adoção de inovações que impliquem desenvolver produtos de maior valor adicionado, a busca por redução de custos acaba afastando as empresas do ideal de focar em novos produtos e ampliar mercados”, afirma, indicando que tal escolha reduz o horizonte das empresas. “Em pesquisas que realizamos, a

Um dos problemas hoje é que a crise fiscal brasileira está empurrando os cortes orçamentários para o lado da subvenção

maior parte dos empresários afirmou que sua estratégia é manter-se no mesmo mercado em que atua, reduzindo custos e aumentando a eficiência. E como isso é uma urgência, a agenda mais ambiciosa fica para segundo plano.”

Por um lado, a preocupação da indústria por ganhos de produtividade tem suscitado boas iniciativas, pois fez com que esta ampliasse seu monitoramento ao setor de serviços, liderando iniciativas de

incentivo à adoção de tecnologias. O objetivo, nesse caso, é mitigar as deficiências que afetam a cadeia produtiva como um todo. “Estamos falando de uma ampla gama de segmentos, fornecedores, bem como clientes responsáveis pela venda. Alguns exemplos são a Embraer, que possui um programa de treinamento para fornecedores, e a Massey Ferguson, que tem investido na melhoria da atividade de prestadores de serviços, como os que realizam o pós-venda da empresa”, exemplifica Arruda.

Por outro lado, segundo o especialista da FDC, esse cenário predominantemente voltado para ganhos de eficiência colabora para acentuar uma tendência negativa entre as multinacionais que se instalam no Brasil: a de não identificarem o país como potencial polo de P&D. “É uma visão dominante – geral mesmo, do agro ao químico, fârmaco, mecânico e automotriz –, porque a imagem do Brasil para a matriz é de mercado, e não de inovação”, afirma. “Tirando segmentos como o etanol e o agronegócio, que são exceções bem-avaliadas internacionalmente, prevalece a imagem de um país que não tem universidades com reconhecimento internacional, com pouca exportação de produtos de maior valor agregado”, diz. Isso, segundo Arruda, acena uma orientação básica de mercado que compromete a posição do país na concorrência para atrair centros de P&D. “Isso é um fator de imagem que tem que ser trabalhado pelas lideranças brasileiras, para colocarmos o Brasil dentro do plano estratégico dessas companhias”, conclui. ■

RENÚNCIA FISCAL: tendência pró-cíclica

	PIB (%)	Renúncia com Lei do Bem (em R\$ bilhões correntes)
2008	5,2	1,58
2009	-0,3	1,38
2010	7,5	1,72
2011	2,7	1,4
2012 ¹	0,9	1,5
2013 ¹	2,3	2,22

Fonte: MCTI com dados da Receita Federal do Brasil (RFB). ¹Valores estimados pela RFB.